

O PROJETO DE REASSENTAMENTO DE ITAPARICA E SUA INSERÇÃO NO MARCO DAS NOVAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA O NORDESTE*

Olímpio J. de Arroxelas Galvão**

1. Introdução

Este trabalho objetiva apresentar uma visão panorâmica do Projeto de Reassentamento de Itaparica, ressaltando os seus aspectos mais importantes, e procurando inseri-lo como parte integrante das novas políticas de desenvolvimento para o Nordeste brasileiro e como instrumento relevante de redução das disparidades regionais, e de elevação da qualidade de vida e de bem-estar de frações significativas da população do semi-árido nordestino.

Vale ressaltar, de início, que pela sua dimensão social e econômica, já havendo exigido mais de um bilhão de dólares de investimentos; por ter sido o primeiro e talvez o único projeto de reassentamento a ser financiado pelo Banco Mundial, entidade que esteve envolvida, em sua concepção, já nos primeiros anos da década de 80, e em sua implementação, desde 1987; e ainda pelas características muito especiais do Projeto – acompanhado, desde as suas

* Este trabalho, versão reduzida de um outro mais amplo do autor (Galvão, 1998), é parte de um estudo maior, que foi apresentado à Chesf por pesquisadores de várias instituições, entre as quais o PIMES, da UFPE, e reflete exclusivamente as opiniões do autor. O autor deste trabalho realizou duas viagens à área pesquisada, visitou um grande número de projetos de irrigação em diversas fases de implantação, participou de vários encontros com a população atingida e suas representações de classe (Pólo Sindical, sindicatos rurais, etc.), com prefeitos dos municípios afetados e com técnicos e assessores ligados direta ou indiretamente ao Projeto de Reassentamento. O autor agradece, de forma especial, o apoio recebido pelos diretores, coordenadores, assessores e assistentes sociais (especialmente Kedna e Zélia) envolvidos com a administração e execução do Projeto, nos escritórios da Chesf e do IICA, em Itaparica, Estado de Pernambuco. O autor também agradece os valiosos comentários da pesquisadora da Fundaj, Maria Lia Corrêa de Araújo, alguns incorporados ao trabalho, outros, porém, não podendo ser considerados, por falta de espaço.

** Prof. do Departamento de Economia e do PIMES, da UFPE.

origens, há mais de 15 anos, por grande engajamento organizado das populações afetadas – o reassentamento de Itaparica é um dos projetos mais estudados da região, tanto por analistas brasileiros quanto por estrangeiros, existindo número bastante expressivo de pesquisas, levantamentos, diagnósticos e estudos propositivos de soluções para o mesmo, considerando os seus mais diversos e relevantes aspectos: do social ao econômico; do tecnológico ao jurídico/institucional.¹

Isto posto, a reconstituição dos antecedentes do Projeto, bem como das repercussões sociais geradas pela necessidade do reassentamento – estudados já exaustivamente, como mencionado – não é objetivo principal deste trabalho, mais centrado em novas reflexões sobre o futuro do projeto e suas perspectivas de desdobramento, à luz dos impasses e dificuldades que o cercam nos dias atuais.

2. O Projeto de reassentamento e os problemas iniciais de sua implementação

O Projeto de Reassentamento de Itaparica é o maior empreendimento governamental em realização no interior da Região Nordeste. Trata esse projeto, da transformação de uma área que dispunha de muito pouco capital físico e reduzido estoque de capital humano, em outra com um dos mais altos índices de capital físico por trabalhador, em toda a Região Nordeste, e com elevada exigência de capital humano, para a implementação e a operacionalização das atividades nele em implantação.

No presente momento, após mais de dez anos do início de sua implementação, os níveis de retorno de todo o capital investido são muito baixos. Todavia, considerando-se a experiência acumulada com a execução do projeto, verifica-se já ter ocorrido um substancial acréscimo no estoque do conhecimento na região, seja da parte dos agentes envolvidos na administração, organização e assistência aos projetos, seja no que diz respeito aos próprios agricultores beneficiários do reassentamento.

Quer para efeitos de uma avaliação mais adequada do projeto, quer para a proposição de novas diretrizes para o futuro, é importante

¹ Vale ressaltar, aqui, que a Fundação Joaquim Nabuco realizou, durante quase dez anos, estudos de monitoramento e acompanhamento do Projeto Itaparica, sendo talvez a instituição que reúna o maior acervo de informações e de conhecimento sobre o Projeto. O benefício que o autor deste trabalho extraiu das leituras dos vários relatórios da Fundaj fica aqui registrado como inestimável.

ressaltar que o projeto de reassentamento de Itaparica apresenta uma clara singularidade, em confronto com outras iniciativas de desenvolvimento agrícola no semi-árido nordestino. Embora tenha a irrigação como elemento comum, Itaparica difere dos outros projetos em curso no Vale do São Francisco, seja os dos perímetros públicos, seja os das áreas privadas com características mais empresariais, pelo fato de Itaparica ser um projeto de desenvolvimento para *populações de reassentados*. Isto significa que, diferentemente dos projetos de irrigação no Vale, a exemplo dos localizados em Petrolina, Juazeiro e municípios vizinhos, que foram concebidos para contemplar segmentos da população dessas e de outras áreas, em bases voluntárias, Itaparica é o resultado do *deslocamento compulsório* de significativo número de famílias, que viviam e trabalhavam nas áreas inundadas com a construção do reservatório da usina.

Vale frisar, nesse contexto, o grande significado da hidrelétrica de Itaparica, hoje denominada Luiz Gonzaga, cuja construção nunca foi objeto de qualquer questionamento. Os significativos impactos positivos que propiciou à Região e ao País, em termos da criação de novos empregos, do aumento da renda e do favorecimento ao crescimento econômico em todos os setores de atividade no Nordeste, resultantes do expressivo acréscimo da oferta de energia elétrica, não dão margem a dúvidas quanto à necessidade da construção da hidrelétrica – numa época, ademais, em que todas as projeções indicavam a premência da expansão da oferta de energia elétrica na região. Todavia, a sua construção provocou impactos negativos localizados, de enorme magnitude, por ter exigido a inundação de terras à margem do Rio para a formação de um grande reservatório – terras onde residia expressivo contingente de pessoas. Desta forma, a despeito dos óbvios benefícios propiciados pela hidrelétrica, foi esta responsável pela necessidade da transferência compulsória de milhares de famílias, que foram obrigadas a abandonar os seus lares e locais de trabalho, fato que veio a provocar uma total interrupção das atividades econômicas por elas desenvolvidas e os dramáticos impactos psico-sociais-culturais que tais deslocamentos costumam produzir.

Isto posto, seria natural esperar que coubesse ao Governo compensar, pelas perdas materiais sofridas, as famílias atingidas, através de processos indenizatórios, ou também, como terminou sendo o caso de Itaparica, mediante a promoção do reassentamento de parcela das populações deslocadas, de modo a pelo menos preservar os seus padrões de vida, principalmente daquelas menos favorecidas

que perderam totalmente os seus meios de subsistência. Ou seja: seria uma questão de imperativo social que a sociedade, como um todo, assumisse o compromisso de manter as condições prévias das famílias prejudicadas pelas obras da hidrelétrica e que, se possível, houvesse mais que uma simples recomposição de sua situação anterior, em vista do óbvio fato de que, além das perdas puramente econômicas, as populações transferidas incorreram em custos ainda mais elevados, embora não quantificáveis, de natureza psicossocial, em decorrência de seu deslocamento compulsório.

É importante assinalar, por outro lado, que, sob o ponto de vista dos grandes agregados nacionais ou mesmo regionais, a inundação das terras ribeirinhas ao Rio São Francisco, requerida para a formação do reservatório de Itaparica, não causou destruição de capital físico de grande monta. Na verdade, a base material da área submersa era pouco desenvolvida e a grande maioria da população residente nessa área, registrava extremos graus de pobreza e destituição.² Em suma, eram bastante precárias as condições originais de vida das populações da área de influência da Hidrelétrica de Itaparica, e mais precárias ainda as daquelas que foram diretamente atingidas pelo reservatório – ou seja, as das que constituíram o público alvo do Plano de Desocupação executado pela Chesf, no ano de 1986.

Todavia, a despeito da pobreza generalizada das populações residentes nas áreas inundadas e do baixo nível de atividades econômicas desenvolvidas na região, o patrimônio físico submerso com o enchimento do reservatório de Itaparica assume magnitude de certa expressão, quando devidamente apreciado em sua dimensão microrregional.

As informações a seguir, extraídas de levantamentos cadastrais realizados pela Chesf pouco antes da execução do Plano de Desocupação, dão uma visão aproximada do patrimônio físico atingido com a formação do reservatório de Itaparica, por volta de meados dos anos 80:

áreas inundadas: distritos-sede dos municípios de Petrolândia (com população de aproximadamente 10.000 residentes) e de Itacuruba (com cerca de 5.000 habitantes), no Estado de Pernambuco; distrito-sede do município de Rodelas (com cerca de 2.000 residentes)

² Segundo dados coletados por ocasião do Censo Demográfico de 1980, 55% da população ativa total da região afetada pela área inundada apresentaram-se sem rendimentos monetários, 30,5% auferiam rendimentos de até um salário mínimo, 9% entre um e dois SM e apenas 5,5% foram encontrados percebendo rendimentos superiores a dois salários.

e distrito de Barra do Tarrachil, no município de Chorrochó (com aproximadamente 1.000 habitantes), no Estado da Bahia; 22 (vinte e dois) núcleos rurais com mais de 250 habitantes, situados nos dois estados; comunidade indígena Tuxá, no município de Rodelas, compreendendo cerca de 210 famílias; área com exploração agrícola e pecuária no total de 47.545 hectares, dos quais 16.537 ha. com agricultura irrigada; um total de 4.160 imóveis urbanos, compreendendo residências, prédios públicos, igrejas, cemitérios e terrenos; 3.988 moradias rurais, abrigando 4.174 famílias; um total de 52.400 habitantes diretamente afetados com a formação do reservatório, dos quais 24.585 residiam em áreas urbanas e 27.815 em áreas rurais; e destruição de diversos trechos de estradas federais e estaduais pavimentadas, cerca de 150 km de estradas vicinais e de algumas dezenas de quilômetros de linhas de transmissão de energia elétrica.

Uma estimativa precisa do fluxo de renda que este patrimônio físico era capaz de gerar é tarefa impossível de ser realizada, por falta de dados adequados. Existem algumas informações sobre a produção renunciada (ou seja, a produção corrente que era desenvolvida na área submersa pelo reservatório de Itaparica) para a agricultura, mas não se dispõe de qualquer informação sobre a renda renunciada nos centros urbanos da região que foram inundados.

Todavia, mesmo sem se dispor de estimativas de fluxos urbanos de renda na região inundada, pode-se concluir que estes significavam uma fração não muito apreciável da renda total gerada nos setores agrícola e pecuário da área aqui considerada. A agricultura, portanto, era a grande fonte geradora de renda, para a esmagadora maioria da população das áreas inundadas, de sorte que, tanto do ponto de vista da ocupação da mão-de-obra, quanto da capacidade de gerar produção, era a *terra* o patrimônio físico realmente relevante.

A este respeito, vale assinalar que havia, na região inundada, cerca de 16,5 mil hectares de terras irrigadas, localizadas principalmente nas áreas ribeirinhas e nas diversas ilhas formadas pelo Rio. Essas áreas, que concentravam a maior parte da produção agrícola dos municípios atingidos e abrigavam cerca de 90% da mão-de-obra familiar rural, desenvolviam uma agricultura relativamente avançada, em bases comerciais, utilizando insumos modernos (fertilizantes e defensivos) e diversos tipos de equipamentos hidráulicos para irrigação. A cebola e o tomate industrial eram os cultivos principais, secundados pelo arroz, o feijão, a banana e o algodão herbáceo.

Estimativa realizada por ocasião do levantamento cadastral da Chesf (em 1985) e convertida em dólares norte-americanos pelo Banco Mundial, da época de seu relatório de 1987 (*World Bank*, 1987) registra que o valor anual da produção agrícola das áreas irrigadas que foram submersas pelo Lago de Itaparica, corresponderia a uma cifra aproximada de US\$19 milhões. Este valor, considerada a população rural antes da inundação (cerca de 28 mil) e a área total irrigada (16.500 hectares), corresponderia a pouco mais de US\$670 de renda bruta por pessoa/ano e a cerca de US\$1.150 por hectare irrigado/ano – uma cifra que atesta claramente as condições de pobreza a que vivia submetida a população da região atingida pela Barragem, especialmente se se leva em conta que esta renda se encontrava extremamente concentrada, nas mãos de poucos latifundiários e de proprietários de outros meios de produção, como bombas d'água e sistemas hidráulicos de irrigação.

Segundo informações extraídas do planejamento agrícola dos projetos de reassentamento, realizado pela Chesf, o valor dos US\$19 milhões da renda anual renunciada, à época da inundação, seria recomposto e incrementado, alcançando uma cifra estimada pelo Banco Mundial, em seu relatório de 1987, da ordem de US\$ 31 milhões – resultado do aumento das 160 mil toneladas antes produzidas, para cerca de 357 mil toneladas anuais. Em nova estimativa da Chesf, para o ano de 1997 (Chesf, 1997), esses valores atingiriam os US\$61 milhões, prevendo-se um acréscimo na produção física, para uma cifra próxima de 400 mil toneladas de alimentos/ano. Esses valores poderiam ser incrementados ainda mais, no futuro, com uma mudança no *mix* dos plantios, caso fosse materializada uma tendência, já prevista desde a concepção original do projeto, de redirecionamento gradativo dos cultivos para a fruticultura. De acordo com outras estimativas realizadas para o Projeto Itaparica, baseadas em estudos específicos sobre a fruticultura no semi-árido nordestino, a utilização das terras dos projetos de reassentamento, caso utilizassem tecnologias apropriadas, seriam capazes de gerar um volume de produção da ordem dos US\$200 milhões – uma cifra bem superior, portanto, aos 19 milhões que teriam correspondido às perdas estimadas com a produção renunciada com a inundação provocada pelo reservatório da Usina (GEI, 1997).

Deve-se levar em conta, ademais, que, quaisquer que sejam os valores previstos da renda gerada nos projetos de reassentamento, a apropriação desta renda seria realizada de forma completamente diferente daquela que antes ocorria, na área submersa. Como o

projeto de reassentamento das populações rurais tinha, como característica central, a distribuição das terras em pequenos lotes irrigados para agricultores que se tornariam proprietários de suas glebas, devendo, portanto, desaparecer a figura do grande proprietário, o impacto mais imediato do projeto seria a eliminação total das antigas relações sociais de sujeição a que viviam submetidos os pequenos produtores – e que eram, em grande parte, responsáveis pelas dificuldades de seu acesso a formas mais avançadas de bem-estar.

Vale ressaltar, contudo, que, mesmo considerando os ganhos potenciais que eram apresentados à população das áreas a inundar, a simples idéia do deslocamento criou uma fonte de insegurança, receios e incertezas, que permeou, durante muitos anos, toda a sociedade a ser atingida com a construção da barragem de Itaparica.

Esses receios e incertezas, cujas razões serão abaixo brevemente reportadas, estão na raiz de muitos dos problemas que a Chesf enfrentou no início da implantação do projeto e que foram e continuam sendo responsáveis, no mais das vezes, pelas sérias dificuldades de comunicação entre as empresas encarregadas da execução do projeto de reassentamento, a própria Chesf e as comunidades afetadas.

A intervenção levada a efeito pela Chesf para a formação do grande reservatório de Itaparica provocou, como já antes mencionado, o desmantelamento das atividades produtivas existentes na área inundada, desorganizando a vida das comunidades ribeirinhas, que foram obrigadas a se transferir compulsoriamente para outros locais de moradia e de trabalho, em geral estranhos à rotina e à cultura dessas comunidades, gerando um quadro de perplexidades, inquietações e ansiedades que trouxeram, e ainda trazem hoje, enormes repercussões.

Tais problemas, é importante aqui ressaltar, poderiam ter sido resolvidos ou pelo menos amenizados, durante o desenvolvimento do projeto, caso não tivesse ocorrido uma conjunção de eventos que operaram não somente para agravar as dificuldades normais que costumam acontecer em todos os projetos de reassentamento, mas que funcionaram no sentido de criar novos problemas e graves impasses, que se tornaram, com o tempo, de muito difícil resolução.

Na origem mais remota de todos os problemas pelos quais passou o Projeto Itaparica, está a memória deixada pela execução mal-sucedida de um projeto de reassentamento anterior, também sob o encargo da Chesf, durante os anos 70.

Objeto de muitas avaliações técnicas, pelas repercussões negativas que causou, o programa de reassentamento de Sobradinho,

na década de 70, foi consensualmente considerado, inclusive em relatórios de auditoria do Banco Mundial – entidade que financiou o projeto da hidrelétrica – como insatisfatoriamente planejado e implementado, resultando em sofrimento desnecessário para as populações evacuadas (World Bank, 1987, p.4). Segundo ainda o relatório citado, o reassentamento rural de Sobradinho, baseando-se em procedimentos emergenciais mal-concebidos e desprezando a participação das famílias afetadas, não propiciava adequada infraestrutura às moradias construídas, não proporcionou suporte financeiro aos produtores durante a primeira colheita e prestou assistência técnica insuficiente durante os primeiros anos que se seguiram ao reassentamento. Assim, por ter falhado em restabelecer a fonte de sobrevivência das famílias deslocadas, o projeto de reassentamento rural de Sobradinho resultou em enorme fracasso, terminando por ser quase totalmente abandonado pelos reassentados, alguns vendendo os seus lotes a grandes agricultores, outros simplesmente abandonando-os – a grande maioria das famílias havendo se dispersado e se transferido para áreas urbanas dos municípios vizinhos, trazendo graves problemas para as prefeituras dessas cidades.

O mesmo relatório do Banco Mundial ainda menciona o fato de que a inexistência de mobilização popular ou o fraco poder dos movimentos de organização comunitária, teriam contribuído grandemente para o fracasso do reassentamento, na medida em que não teriam sido eficazes para pressionar o Governo no sentido da implantação de um programa efetivo de reassentamento.

O forte trauma social causado pelo insucesso de Sobradinho propiciou, já na fase da implantação do canteiro de obras de Itaparica, nos meados dos anos 70, a criação de ativos movimentos de representação dos interesses dos agricultores e de outros segmentos da população, que seriam eventualmente afetados pela construção da nova hidrelétrica.

Dentro de um forte clima de tensão e insatisfações, a Ches passou a espelhar a imagem de grande adversária e inimiga das populações residentes nas áreas de influência da Barragem de Itaparica, tornando cada vez mais difíceis as negociações para a efetivação de novos arranjos, capazes de fazer possível a execução de um projeto de geração de energia elétrica, do qual estava tão carente a Região Nordeste.

Os sucessivos adiamentos com relação à execução das obras físicas da própria hidrelétrica, decorrentes das descontinuidades de aporte de recursos por parte da Eletrobrás, agravaram ainda mais o

quadro de tensão na área pois, desde o início da instalação do acampamento das obras (em 1976) até inícios de 1986 – após toda uma década, portanto – ainda reinava forte indefinição quanto ao destino que teriam as populações que seriam deslocadas, quando do enchimento do reservatório, cuja data já estava próxima de ser alcançada.

Nos primeiros anos dos 80, as relações das comunidades com a Chesf atingiram o seu momento mais crítico. A criação do Pólo Sindical, em 1979, com o objetivo específico de lutar pelos direitos dos trabalhadores rurais perante a Chesf, e o crescente envolvimento de outras entidades sindicais, partidárias e até religiosas, intensificaram as pressões sobre o Governo, forçando-o a tomar uma decisão mais clara a respeito do destino das populações atingidas. Enquanto as negociações prosseguiram, vários fatores terminaram por contribuir para o encaminhamento de uma solução. Em dezembro de 1980, foi criado, pelo Ministério das Minas e Energia, um grupo de trabalho para definir a política e os critérios de reassentamento. No período de 1980 a 1984, diversos estudos de caráter técnico foram realizados, incluindo pesquisa dos solos da região e um levantamento de pré- viabilidade para projetos de irrigação. Também neste período, foi levado a efeito, pela Chesf, um detalhado cadastramento das famílias residentes nas áreas a serem inundadas. No ano de 1984, foi a vez dos trabalhadores oferecerem a sua contribuição: neste ano, foi apresentado, à Chesf, pelo Pólo Sindical, um documento reivindicatório contendo uma pauta de propostas e diretrizes para o reassentamento dos trabalhadores rurais atingidos pela barragem. E, finalmente, em 1985, foi concluído detalhado Plano de Desocupação das áreas que viriam a formar o reservatório, no qual a Chesf estabelecia as diretrizes principais que deveriam nortear a política de reassentamento, e oferecia as alternativas de realocização e recomposição de atividades produtivas, tanto para a população rural, quanto para a urbana (*World Bank*, 1987, *Chesf*, 1985, *Chesf*, 1992, Freitas e Soares (org., 1994)).

Apesar de todos esses esforços, porém, continuaram os desencontros entre a Chesf e a comunidade dos atingidos, até que dois novos eventos precipitaram uma solução definitiva para o impasse. O primeiro foi a ocupação do canteiro das obras da hidrelétrica pela população das cercanias de Itaparica, no ano de 1986, paralisando a construção. O segundo foi o ingresso, mesmo que indireto, nas negociações entre a Chesf e a comunidade, do Banco Mundial, que havia, no ano de 1985, aceitado participar do financiamento do projeto de reassentamento, numa iniciativa pioneira nas atividades dessa

instituição financeira – que, se já tinha larga experiência com financiamentos de empreendimentos hidrelétricos em todo o mundo, e inclusive no Brasil e no Nordeste, jamais havia se envolvido em financiar o reassentamento de populações deslocadas por essas hidrelétricas.

A conjunção desses eventos, expressos, de um lado, numa manifestação de extrema radicalização dos movimentos reivindicatórios da parte dos trabalhadores; e consubstanciada, de outro, na exigência do próprio Banco Mundial, de desembolsar as duas primeiras parcelas do empréstimo à Eletrobrás, condicionada à submissão, pela Chesf, de um plano de reassentamento para Itaparica e sem que provocasse desnecessário sofrimento às populações (*World Bank*, 1987, p. 8) – levou o governo brasileiro a assumir novas posturas de negociação para com as comunidades a serem deslocadas.

O resultado desse ponto de inflexão no nível do diálogo entre o Governo e as comunidades rurais foi a elaboração de um acordo, em dezembro de 1986, firmado entre o Ministério das Minas e Energia, a Eletrobrás, a Chesf, o Pólo Sindical e outros representantes do movimento dos trabalhadores da área a ser inundada – colocando um ponto final nos impasses que impediam a continuidade das obras de construção da Hidrelétrica de Itaparica (*Acordo 1986*).

Resolvidos os impasses iniciais gerados pela necessidade da inundação das áreas ocupadas – e que, como já assinalado, já perduravam por cerca de dez anos – os recursos aportados pelo Banco Mundial, acrescidos dos consignados pela Eletrobrás ao orçamento da Chesf, permitiram, por fim, a execução do plano de desocupação e de reassentamento formulado pela Chesf, e que sofreu apenas pequenos ajustamentos em relação à sua versão original de 1985, em virtude de detalhes sugeridos pelo Banco Mundial e de algumas cláusulas negociadas para o cumprimento do Acordo mencionado de 1986.

O desenvolvimento do plano de reassentamento ocorreu em ritmo acelerado, em várias de suas etapas, e obedeceu à seguinte cronologia, abaixo brevemente reportada.

Em abril de 1987 tem início a construção das agrovilas para o reassentamento das populações rurais e são aceleradas as obras de construção das quatro cidades que seriam submersas pelo reservatório da usina (Petrolândia e Itacuruba, em Pernambuco, e Rodelas e a vila de Barra do Tarrachil, na Bahia), para o reassentamento das populações urbanas. Já em agosto deste mesmo

ano é iniciado o processo de remoção das comunidades rurais para as agrovilas, e em março do ano seguinte conclui-se a transferência de toda a população rural e urbana para os seus novos locais de moradia, mesmo que, muitas vezes, de forma precária – como depois veio a se constatar. Devido ao ritmo das obras, previa-se para julho de 1988 a conclusão da implantação dos sistemas hidráulicos de irrigação, e para janeiro de 1989, o início da fase de produção dos primeiros lotes irrigados. No período de janeiro de 1989 a dezembro de 1993, deveria estar consolidado todo o sistema de produção, incluindo o treinamento a ser ministrado aos novos irrigantes, o oferecimento de assistência técnica para a operação dos projetos e a abertura de canais de comercialização da produção a ser obtida, decorrente do pleno funcionamento dos novos sistemas produtivos implantados.

Todavia, se os problemas existentes para que fosse dado início à implantação do projeto de reassentamento pareciam, enfim, contornados, novos eventos ocorridos durante a fase de sua execução vieram, mais uma vez, conturbar o quadro de aparente tranqüilidade que parecia prevalecer na região, após a conclusão das obras de realocização das populações deslocadas.

No que diz respeito à infra-estrutura viária e urbana, não foram críticos os problemas enfrentados pela Chesf, já que, nesta esfera, não somente as negociações com as comunidades haviam sido mais fáceis, mas também porque contou essa instituição com a colaboração dos governos dos estados e dos municípios que, gradativamente, foram assumindo os encargos financeiros e administrativos de sua competência, para com as populações urbanas.

Na área rural, porém, novos problemas e impasses assumiram crescente gravidade. A causa principal e fonte maior das dificuldades iniciais resultaram dos cortes das transferências do Governo Federal à Chesf, assim, do não aporte integral da contrapartida brasileira aos recursos do empréstimo concedido pelo Banco Mundial. Com efeito, ao ser afetado pela crise financeira que abateu o Estado brasileiro nos anos 80, o projeto de reassentamento rural de Itaparica sofreu inúmeros atrasos no seu cronograma de execução, vindo a ter as suas obras completamente paralisadas entre os anos de 1990 e 1992 – fazendo com que os projetos de irrigação, iniciados em 1987 e previstos para conclusão no ano seguinte, só viessem a ser reiniciados no ano de 1993.

O descompasso entre o andamento do plano de reassentamento (como já assinalado, toda a população rural já havia sido

transferida, em março de 1988, para as agrovilas) e a implantação da infra-estrutura produtiva, ou seja, a entrega aos agricultores, dos seus lotes com as instalações de irrigação concluídas, trouxe de volta à área de influência de Itaparica, todo aquele quadro de tensão e insatisfações por parte das populações desalojadas de seus sítios de origem. E o cenário que se desenhava para o futuro, de insegurança e incertezas, era ainda mais agravado pela indefinição quanto à data de finalização de todas as obras ainda por fazer – especialmente por não haver a garantia da continuidade de aporte de recursos pelo Governo Federal, no montante requerido para a agilização e a conclusão do projeto.

Os atrasos na entrega das obras de irrigação provocaram conseqüências dramáticas para as populações reassentadas. O longo período de inatividade forçada de vastas frações de trabalhadores transferidos para um meio natural estranho – das áreas ribeirinhas do São Francisco, para regiões inóspitas da Caatinga – criou severas dificuldades de adaptação que, agravadas pelo quadro de ociosidade, provocaram aumento dos índices de marginalidade, criminalidade e alcoolismo entre a população reassentada, resultando em elevados níveis de desagregação familiar. Um relato das dramáticas experiências vivenciadas pelas famílias reassentadas está bem documentado em inúmeros relatórios da própria Chesf, em estudos independentes, contratados ou não por essa instituição e em diversos relatórios de acompanhamento e de auditoria do próprio Banco Mundial (*Fundaj*, 1988, *World Bank*, 1987 e 1997, *Chesf*, 1992,).

Deve ser enfatizado, ademais, que além dos dramáticos impactos sobre as populações atingidas, os atrasos na implantação das obras de irrigação trouxeram outras conseqüências muito importantes para os executores do projeto: uma elevação significativa nos custos da sua execução. Com efeito, de um total inicial previsto de pouco mais de 300 milhões de dólares, na sua fase de concepção, já foi despendida uma cifra equivalente a cerca de um bilhão e 300 milhões de dólares, e ainda restam muitas obras a realizar, para a finalização total do projeto.

Segundo avaliações de analistas da Chesf, os custos do projeto foram enormemente aumentados em decorrência do próprio atraso e das paralisações constantes das obras. Em primeiro lugar, vale lembrar que o atraso na execução dos projetos de irrigação fez com que as populações reassentadas, morando nas agrovilas, ficassem sem ocupação durante um longo período de tempo, e sem meios, portanto, de sobrevivência, obrigando a Chesf a se utilizar de

um mecanismo compensatório para garantir o sustento básico das famílias. Foi, então, criado por essa instituição, um sistema de pagamento aos reassentados, denominado de verba de manutenção temporária – VMT, prevista para vigorar entre 6 e 9 meses, período que corresponderia à espera da primeira colheita a ser obtida nos projetos de irrigação implantados – mas que veio a perdurar até os dias atuais, implicando ônus financeiro elevado para a Chesf. Por outro lado, a destruição ou desvios de material já comprado pela Chesf, muitas vezes guardados a céu aberto, a realização de obras iniciadas que, por não concluídas, tiveram de ser de novo refeitas (desmatamento dos terrenos e preparação das áreas para irrigação, obras civis destruídas pelas chuvas e enxurradas, por exemplo) e a correção de falhas técnicas nos projetos de agro-engenharia, apenas para mencionar alguns poucos exemplos, são também apresentados como fatores importantes responsáveis pelo substancial incremento dos custos finais de implantação do projeto (*World Bank*, 1993 e 1997, *Pólo Sindical*, 1993, 1996 e 1997, *Freitas e Soares*(Org. 1994)).

Esta elevação expressiva dos custos da execução do projeto, em relação às previsões iniciais, associada ao insucesso relativo quanto aos resultados esperados dos primeiros lotes irrigados postos em operação, como se verá mais adiante, agravou ainda mais as dificuldades por que passou o projeto de reassentamento, implicando resistências governamentais com relação à continuidade da liberação de mais recursos para o andamento das obras, e alimentando os receios e as angústias das populações que ainda esperam a entrega de seus lotes irrigados, bem como também da parte da própria Chesf em fazer cumprir os seus compromissos assumidos para com a comunidade deslocada.

No presente momento, receios com respeito à viabilidade da conclusão do projeto chegam a fazer parte também da pauta das preocupações de todos os envolvidos com o reassentamento de Itaparica.

A seção seguinte retoma algumas dessas questões, ao discutir a situação atual do projeto e refletir sobre os novos desafios para o futuro.

3. Situação Atual: novos impasses, novos desafios

O reinício das obras de implantação dos projetos de irrigação, no ano de 1993, trouxe um novo alento às comunidades deslocadas de Itaparica. No período de 1993 até o final do ano de 1997, a Chesf

realizou vultosos investimentos em várias esferas previstas no projeto – do desmatamento dos terrenos, terraplenagem e implantação de obras hidráulicas de irrigação, à construção de escolas, hospitais, postos de saúde, estradas asfaltadas e vias de acesso das agrovilas aos lotes dos irrigantes e aos principais núcleos urbanos da região, ao provimento de meios de transporte para os reassentados e suas famílias e à assistência técnica e extensão rural, incluindo as constantes reparações e correções de defeitos ocorridos em obras já realizadas – nas agrovilas, nos próprios sistemas hidráulicos de irrigação e em muitas outras obras civis de responsabilidade da Empresa.

Em decorrência da conjunção de fatores os mais diversos – de ordem gerencial, da ausência de práticas efetivas de coordenação, da má concepção original de alguns projetos, da descontinuidade na liberação de dotações orçamentárias e, talvez mais importante que tudo, da inexperiência da própria Chesf em lidar com empreitada de tamanha complexidade – o projeto de reassentamento rural de Itaparica apresentou sérios problemas na sua execução, trazendo novos impasses e novos desafios.

Segundo documentos recentes da própria Chesf – que informam sobre a posição da execução do Projeto Itaparica – em abril do ano de 1997, após, portanto, quase dez anos de completada a primeira fase do reassentamento, apenas uma pequena fração dos projetos de irrigação estava efetivamente implantada e em regime total ou parcial de produção (GEI, 1997).

Com efeito, dos 20.512 hectares destinados à irrigação, e das 5.917 famílias que se encontravam à espera de seus lotes, apenas 38% da área irrigável (ou seja, 7.787 ha.) estavam implantados, abrigando tão-somente 39% das famílias reassentadas, ou um total de 2.336 famílias. Assim, restavam ainda a implantar, 12.725 ha dos já mencionados 20.512 ha., e a entregar, em condições de produção, os lotes de 3.581 famílias, das 5.917 que esperavam, nas agrovilas, as prometidas terras para cultivo.

O não cumprimento das metas longamente prometidas pela Chesf aos reassentados já seria motivo suficiente para reinstaurar, entre a população, um clima de mal-estar e de insatisfações. Esse quadro, porém, foi ainda mais agravado, pelos problemas que eram constantemente detectados na operação e funcionamento dos próprios projetos já implantados.

Ao longo do desenvolvimento dos projetos e durante o processo de operação dos primeiros lotes irrigados, uma vasta lista

de problemas, das mais diversas ordens, foram verificados, a maioria denunciados pelos reassentados em vários documentos apresentados à Chesf e às missões do Banco Mundial, durante as suas visitas de inspeção às obras do projeto, outros apontados em relatórios técnicos de acompanhamento das empresas e instituições de pesquisa contratadas pela Chesf, outros ainda reportados por analistas do Banco Mundial em seus relatórios de auditoria, e ainda os constatados durante as visitas à área do projeto, pelo autor deste trabalho.

Dentre os muitos e variados problemas detectados, foram os seguintes os mais importantes, de uma longa listagem de dificuldades enfrentadas pelo Projeto: constatação de problemas técnicos de operação, já nos testes iniciais de funcionamento, de uma parte não insignificante dos sistemas de irrigação implantados; verificação de inúmeros casos de deterioração e desgaste precoce dos equipamentos hidráulicos, alegadamente resultantes da baixa qualidade dos materiais utilizados; ocorrência de danos nas estruturas de irrigação por conta de chuvas, erosão, falta de drenagem dos solos e dos defeitos nos sistemas hidráulicos, decorrentes ou de má instalação, ou da já mencionada má qualidade alegada dos equipamentos empregados; ocorrência de problemas com a operação das estações de bombeamento, e muita demora para a correção e retificação dos defeitos constatados; ausência de drenagem na grande maioria dos projetos, acarretando freqüentes problemas de erosão e salinização dos solos; constatação da existência de expressivo número de lotes inadequados para agricultura em algumas áreas dos projetos, implicando a necessidade de realocação das famílias para outros projetos de irrigação; verificação de que as produtividades alcançadas nos projetos implantados estavam abaixo da média dos outros perímetros irrigados no semi-árido da região, e que apresentavam rendimentos declinantes após as primeiras colheitas, com alguns lotes já não sendo mais utilizados para plantio; constatação de demanda excessiva de água para irrigação dos lotes, implicando gastos elevados com energia elétrica; geração de renda, com os plantios, insuficiente para pagar os custos dos insumos e da água utilizada com a irrigação, inviabilizando a retirada da VMT, que continua constituindo, para a grande maioria dos produtores, ainda a principal fonte de manutenção das famílias; ausência de linhas de crédito especiais para custeio, investimento e capital de giro, impedindo a plena utilização das áreas dos lotes individuais dos irrigantes; deficiências dos serviços de extensão rural e atrasos nos programas de treinamento dos reassentados; aparecimento de pragas e doenças

(vírus e a mosca branca, por exemplo), provocando prejuízos não raras vezes irreparáveis aos agricultores; falta de agilidade na tomada de decisões, por parte dos órgãos executores do projeto, quando da constatação de problemas de ordem técnica ou gerencial, cuja solução poderia amenizar os efeitos deles decorrentes e contribuir para melhorar a credibilidade da Chesf perante os reassentados; indefinição quanto ao uso produtivo das áreas de sequeiro e dos terrenos comunitários que acompanham a entrega dos lotes irrigados, impedindo a geração de fontes adicionais de renda para os agricultores; constatação da necessidade de pesquisas agro-econômicas, e percepção, pelos agricultores, da necessidade de estudos mais detalhados para se saber o que melhor plantar, pela verificação de que, seja pela pobreza dos solos, seja pela grande variedade de seus tipos, muitas culturas têm-se mostrado inadequadas aos terrenos irrigados; dificuldades com respeito à regularização fundiária das áreas do projeto, inviabilizando a entrega, até o presente, dos títulos de posse dos lotes irrigados aos reassentados; constatação, da parte de todas as entidades envolvidas com o projeto, e inclusive dos próprios reassentados, da falta de experiência dos colonos com práticas modernas de irrigação.

É importante salientar, que grande parte dos problemas constatados na operação do Projeto Itaparica também ocorreu, com intensidades variadas, em praticamente todos os outros programas de irrigação pública e até privada, no Alto, no Médio e no Sub-médio São Francisco (dos localizados em Minas Gerais, até os da área de Petrolina e Juazeiro), como registra uma vasta literatura disponível – não sendo, portanto, tais problemas, características singulares do projeto de irrigação da Chesf, em Itaparica (*World Bank*, 1997). A grande diferença, como já sugerido em outra parte deste trabalho, é que, assim como sucedeu com Sobradinho, Itaparica é um projeto de reassentamento de deslocados pelas obras de hidrelétricas, criando da parte do Governo, compromissos e obrigações de ordem social, política e sobretudo jurídica, para com as populações atingidas, de recomposição de suas condições originais de vida. Ademais, os problemas que ocorreram nos projetos de reassentamento, seja no de Sobradinho, seja no de Itaparica – e muito especialmente neste último – tiveram a sua dimensão enormemente magnificada, por uma delicada conjunção de promessas realizadas e não efetivamente cumpridas – daí decorrendo um quadro generalizado de frustração de expectativas, que tem sido responsável por todas as situações, passadas e presentes, de confrontos e desencontros entre as

comunidades atingidas e os órgãos executores do projeto de reassentamento.

Também cabe aqui considerar, com muita ênfase que, pela sua magnitude e complexidade, a execução do projeto Itaparica exigia um nível de conhecimento que não estava disponível, na extensão requerida, da parte de praticamente todos os envolvidos com o projeto. Da Chesf, como empresa de atuação setorial e especializada na concepção de projetos de engenharia hidráulica, e na geração e transmissão de energia elétrica, não se esperaria ser capaz de, diretamente, enfrentar os desafios de um projeto inteiramente estranho à sua rotina de atividade; do Banco Mundial, órgão financiador e também encarregado da supervisão e acompanhamento de todas as fases do projeto, pouca contribuição poderia ser oferecida pelos seus quadros técnicos, por se ter amplo conhecimento de não possuir, esta instituição, qualquer experiência prévia com políticas de reassentamento; dos vários consórcios e empresas executoras das obras civis e hidráulicas, ficaram sérias dúvidas quanto à sua efetiva capacidade para gerenciarem e implantarem, com eficiência, um projeto da magnitude do que a Chesf se propunha a realizar em Itaparica; da CODEVASF, empresa com larga experiência em administrar projetos de irrigação, talvez pela distância de sua sede de operações e certamente pela dificuldade de recrutar pessoal na quantidade e qualidade em tempo hábil, ficaram arestas quase insuperáveis no seu relacionamento com os reassentados; e, por fim, de uma população de baixo nível de instrução e elevados índices de analfabetismo, e praticamente sem nenhuma experiência com as práticas de irrigação implantadas nos projetos, pouco se esperaria em termos de respostas ágeis e eficazes às novas rotinas a elas impostas - especialmente ao se levar em conta que, em sua grande maioria, as populações rurais reassentadas viviam e trabalhavam nas barrancas do Rio São Francisco e estavam pouco familiarizadas com a vida da caatinga.

Vale acrescentar, ainda, nesse contexto, que embora o Banco Mundial afirmasse enfaticamente, em um dos seus primeiros relatórios de progresso, que uma das mais importantes tarefas do projeto Itaparica deveria ser o treinamento dos agricultores, reconhecia, essa instituição, por outro lado, que as agências governamentais existentes no Nordeste, na época, não reuniam, na época, a necessária experiência e o conhecimento em agricultura irrigada (*World Bank*, 1987, p. 11).

Em suma, diante deste quadro de despreparo geral, aliado às já mencionadas restrições orçamentárias que dificultaram o andamento

das obras, seria difícil esperar que não ocorressem tantos problemas na execução, no gerenciamento e na operação do projeto Itaparica.

De toda sorte, ao longo de tantos impasses, desencontros e frustrações, ia se promovendo, entre os reassentados e suas representações sindicais, uma clara mudança de postura diante dos problemas vivenciados e na natureza das suas queixas e reivindicações.

Superados os primeiros impasses ocorridos na fase anterior ao início do reassentamento, e após reiniciadas as obras hidráulicas de irrigação e entregues os primeiros lotes aos colonos reassentados, os representantes dos trabalhadores, através de seus sindicatos regionais e do Pólo Sindical, vivenciaram diferentes momentos no seu relacionamento com os executores do projeto evoluindo, gradativamente, de uma simples postura de denúncia, indignação e revolta com relação aos atrasos das obras prometidas, para uma posição mais construtiva e cooperativa, na qual passaram a ser oferecidas alternativas de sugestões para as muitas pendências a resolver.

Movida pela consecução dos objetivos maiores do projeto – que estabelecia, em síntese, a melhoria na qualidade de vida das populações atingidas pela barragem – a luta dos trabalhadores, no seu primeiro momento, centrava-se em pressionar a Chesf para o cumprimento do Acordo de 1986, que consistia essencialmente em exigir o provimento de moradias, de educação, de saúde, de transportes, da continuidade do pagamento da verba de manutenção temporária (VMT) e, sobretudo, da criação de meios de produção, através da entrega dos sistemas hidráulicos de irrigação.

Já em documento elaborado pelo Pólo Sindical, encaminhado ao Banco Mundial no final do ano de 1993 (*Pólo Sindical*, 1993), percebiam-se claros sinais de mudanças de postura, expressas, por exemplo, na afirmativa de que o desafio, agora, era o da correta administração do projeto, da viabilização da produção dos lotes irrigados e da criação de canais adequados de comercialização dessa produção. A preocupação passava, crescentemente, a se centrar na consolidação do projeto e na discussão de problemas de ordem prática, relacionados, em grande parte, com a rotina do dia a dia dos agricultores. A temática posta na mesa das discussões incluía, entre outras questões, a de resolver problemas de mercado coletivamente, de garantir o equilíbrio ecológico no uso da terra, de minimizar a utilização de agrotóxicos, de integração da adubação química com a orgânica, da necessidade de rotação de culturas e de evitar a salinização dos solos.

A resposta do Banco Mundial às solicitações do Pólo Sindical contidas no documento acima referido, inicia por confirmar a nova fase do projeto de Itaparica e as mudanças na natureza das demandas das representações sindicais. Ao reconhecer que a reivindicação maior dos agricultores irrigantes era o apoio às atividades produtivas, os auditores do Banco assinalavam que essas atividades estavam por requerer manejo extremamente cuidadoso de cada lote irrigado e sugeriam que os produtores deveriam ser treinados não só nas práticas produtivas mas também nas técnicas de gerenciamento dos sistemas irrigados, e que estes sistemas deveriam ser gradativamente operados por "distritos de irrigação" formados pelos próprios produtores (*World Bank*, 1993). No mesmo documento, o Banco Mundial recomendava, ademais, que o estabelecimento de "distritos de irrigação" deveria preceder a operação normal das áreas irrigadas – uma recomendação, que parece, não foi levada em consideração pelos executores do projeto.

A partir do ano de 1994 têm início, entre as representações sindicais, e a Chesf, as primeiras discussões acerca da autonomia dos projetos – um arranjo organizacional e administrativo mutuamente desejado por todos os envolvidos com o projeto de reassentamento. Ao longo desse ano e do seguinte, o Pólo Sindical apresenta uma proposta global de transição para a autogestão, que é discutida em vários seminários realizados com a presença dos representantes sindicais, da Chesf, da Codevasf e do Banco Mundial. Nesses seminários, mais uma vez são colocadas as muitas dificuldades atravessadas pelo projeto (*Freitas e Soares, Org., 1994, Pólo Sindical, 1996*).

O Pólo Sindical alega que os projetos irrigados têm muito baixa produtividade; que os consórcios da ATER não têm demonstrado capacidade suficiente para prestar assistência técnica necessária para tornar os projetos mais produtivos e eficientes e que há sérias carências na área de treinamento dos agricultores. O Pólo assinala, além do mais, que, para dar sustentabilidade econômica e financeira ao processo autogestionário, é necessário a tomada de uma série de decisões e providências da parte dos executores do projeto.

Em diversos documentos submetidos à Chesf e ao Banco Mundial, durante os anos de 1996 e 1997 (*Pólo Sindical, 1996, 1997*), o Pólo Sindical estabelece como requisito indispensável para a materialização dos processos de autogestão, uma série de medidas urgentes, no sentido de corrigir os erros cometidos que estão sendo responsáveis pelo não funcionamento pleno dos projetos.

Sem o atendimento de pelo menos parte das demandas registradas, alegam o Pólo Sindical e demais representações dos trabalhadores, será impossível a concretização da transferência aos reassentados, da responsabilidade pelos seus projetos, porque sem renda garantida nos lotes irrigados, segundo as lideranças sindicais, não pode haver autogestão, nem sequer a redução da VMT, cuja retirada provocaria, no presente estágio da operação dos projetos, dramáticos impactos de ordem social.

Por outro lado, com a presença do IICA nas negociações com o Pólo Sindical e na preparação das comunidades para assumirem gradativamente a autogestão de seus projetos – o que veio a ocorrer no final do ano de 1996 – abriu-se uma possibilidade adicional de que sejam acelerados esses processos e resolvidas muitas das pendências em curso no reassentamento de Itaparica.

É ainda aqui importante reportar as conclusões e recomendações do último relatório de inspeção do Banco Mundial sobre o projeto de reassentamento de Itaparica, divulgado no final do ano de 1997. Neste relatório, o Banco apresenta uma rica e provocante discussão da situação atual do projeto, expõe as divergências das várias entidades envolvidas com o projeto e faz uma avaliação crítica final, apontando caminhos alternativos, alguns de ordem talvez bastante heterodoxa (*World Bank*, 1997).

O relatório se inicia assinalando as posições mais recentes do Pólo Sindical de Itaparica. Segundo esta entidade sindical, os padrões de vida, saúde e bem-estar socioeconômico dos habitantes da área do projeto teriam sido negativamente afetados pela construção da usina, e as razões apontadas são a má execução do projeto pela Chesf e a omissão e falhas do Banco Mundial na supervisão e fiscalização de todo o programa de reassentamento. O relatório do Banco reporta ainda a avaliação final feita pelos representantes sindicais, de que uma proporção significativa dos cerca de 40 mil beneficiários (ou 6 mil famílias) do projeto de reassentamento está em piores condições sociais e econômicas do que se encontrava antes do deslocamento de seus sítios de origem. Os problemas levantados pelo Pólo Sindical, no ano de 1997, e ainda não resolvidos no Projeto, não diferem essencialmente dos que já foram assinalados em outras partes deste trabalho: continuavam ocorrendo sérios problemas operacionais de manutenção do sistema de irrigação, cujos consertos, conforme argumentavam os representantes sindicais, não poderiam ser custeados pelos reassentados; havia graves danos de natureza ecológica ocorridos durante e após o funcionamento dos

sistemas de irrigação, especialmente relativos à erosão dos solos; continuava, em curso, processo de deterioração das agrovilas, decorrente da má qualidade dos materiais utilizados; e os serviços de infra-estrutura de saúde e educação apresentavam sérias deficiências de operação.

Os autores do Painel de Inspeção do Banco Mundial registram, ainda, mais duas graves alegações do Pólo Sindical: primeiro, a de que o projeto de reassentamento de Itaparica teria sido defeituoso desde a sua concepção inicial, por utilizar sistemas de irrigação muito caros e demandadores excessivos de energia elétrica para a sua operação; e segundo, a de que o reassentamento poderia ir à falência já antes de começar a funcionar plenamente, em decorrência de todos os fatores já mencionados.

Assinaladas as visões dos agricultores do projeto, através de seus representantes sindicais, os inspetores do Banco passam, então, a fazer considerações gerais, objetivando verificar a procedência das denúncias e reivindicações dos reassentados, bem como apreciar as visões das outras entidades envolvidas com o projeto.

Buscando, inicialmente, encontrar evidências acerca das posições dos trabalhadores, o relatório do Banco começa confirmando o fato de que “quase dez anos após a remoção compulsória e reassentamento da população, menos da metade dos projetos de irrigação foram concluídos, com o restante ainda em construção ou em estágio de projeto” (*World Bank*, 1997, p. 10).

Além do mais, o Relatório ainda confirma grande parte das dificuldades assinaladas nos projetos pelos assentados e seus representantes sindicais.

Um outro ponto muito importante registrado pelo Banco foi o argumento manifestado pela gerência do projeto, de que não têm fundamento muitos dos questionamentos referentes aos problemas associados à natureza dos sistemas de irrigação de Itaparica, porque técnicas agrícolas semelhantes têm sido usadas em projetos similares em outras partes do Brasil (e no próprio semi-árido nordestino) com grande sucesso. Vale ressaltar, a esse respeito, que o Banco reconhece a validade do argumento, mas observa que o problema, então, estaria essencialmente relacionado à natureza da implementação do projeto (*Idem*, *Ibidem*).

Diversas outras questões, ainda de grande importância, mereceram destaque no citado relatório.

O Banco assinala, parecendo concordar com opiniões correntes na área do projeto, que muitas famílias simplesmente não

se adaptaram aos diferentes requisitos agrícolas de Itaparica e que este fato estaria a explicar porque muitos dos agricultores não estariam inclinados a assumir responsabilidades pelo gerenciamento dos sistemas de irrigação, continuando, desta forma a manter uma relação de total dependência para com a Chesf. Mais importante ainda, é o registro que faz o Relatório, reportando testemunho de representantes de associações de agricultores, de que, porque muitas famílias jamais se adaptaram à complexidade da agricultura irrigada em áreas de caatinga – apesar de todo o otimismo original, como ressaltado – a elas deveria ser oferecida a opção de deixar o reassentamento, mediante alguma forma de compensação financeira. Os inspetores do Banco não firmam a sua opinião a respeito desta questão, mas parecem deixar implícita a sua concordância com esse tipo de arranjo, embora assinalem que, diante das circunstâncias presentes, esta forma de solução para alguns problemas individuais, ainda não foi consensualmente acordada entre as representações sindicais e a Chesf.

Em várias outras questões, os relatores do citado Painel de Inspeção são reticentes nas suas opiniões e se resumem a manifestar as posições de outros agentes envolvidos no projeto, mas não raras vezes deixam a impressão de que tais posições têm obtido generalizado consenso.

O Relatório registra, por exemplo, que técnicos e analistas brasileiros consultados pelos inspetores do Painel, estão defendendo a idéia de que o Projeto Itaparica deveria promover a implantação de reassentamentos mistos, com propriedades agrícolas de grande, médio e pequeno portes, criando-se um novo sistema produtivo que poderia trazer benefícios pelo menos de três ordens: a) propiciar a abertura de canais mais efetivos de comercialização, facilidade de que disporiam os médios e grandes produtores rurais; b) dar exemplos de experiências bem-sucedidas com a exploração das terras irrigadas no semi-árido; e c) gerar mais confiança entre os pequenos agricultores.

O Relatório assinala, vale ressaltar, que as várias agências envolvidas com o projeto estariam considerando a reestruturação dos reassentamentos nesta direção (Idem, p. 12).

Há outras questões discutidas no Relatório em que a avaliação do Banco é bastante crítica e revela alguma divergência com as posições dos executores do Projeto. Após observar que os problemas sociais em toda a área do projeto são muito graves, principalmente em virtude de muitas famílias não estarem ainda engajadas em

atividades produtivas e viverem em estado de ociosidade há uma década, os autores do Relatório levantam a questão de se de fato as populações reassentadas estão em situação melhor ou pior do que se encontravam antes do reassentamento. O Banco assinala que a posição dos reassentados é a de que uma proporção significativa dos beneficiários com o reassentamento está usufruindo de uma condição social e econômica pior do que antes da construção da hidrelétrica. Os executores do projeto contestam esta posição, argumentando que, além de toda a infra-estrutura oferecida (moradia, educação, saúde, etc.), a manutenção de uma pensão aos agricultores reassentados (a VMT) tem sido suficiente para manter um nível de subsistência maior que os níveis anteriores da grande maioria da população. Os inspetores do Painel do Banco fazem duas objeções ao argumento da gerência do projeto. Primeiro, levantam a questão da erosão da ética do trabalho para as populações sempre acostumadas a uma dura luta pela sobrevivência, observando que as pessoas que recebem remuneração sem trabalhar, tendem a desenvolver um sentimento altamente negativo expresso, no caso de Itaparica, na síndrome da dependência de políticas paternalistas; e segundo, assinalam que uma renda temporária não é um teste para se avaliar o sucesso de políticas de reassentamento. Segundo os autores do Relatório, o verdadeiro teste a ser aceito pelo Banco Mundial é o da renda sustentável, de sorte que o sucesso ou o fracasso do projeto de reassentamento deverá ser avaliado se a renda obtida diretamente do processo produtivo (o conceito de renda sustentável do Banco, no caso em tela) for maior, ou pelo menos igual, à renda familiar antes do reassentamento (Idem, p. 16).

Ainda sobre a VMT, o Relatório do Banco Mundial observa que, a despeito de todos os males derivados desse tipo de arranjo, no plano ético e psicossocial, a retirada pura e simples desse pagamento aos trabalhadores que ainda não apresentam níveis de renda agrícola sustentáveis, equivaleria a “uma receita para o desastre” (idem, p.23), pelos dramáticos impactos sociais que provocará para uma fração muito expressiva dos reassentados.

O Banco faz ainda um *mea culpa* em várias passagens do seu Relatório. Reconhece que as muitas queixas sobre a inadequação da assistência técnica em assuntos de irrigação, gerenciamento do solo, seleção de cultivos e comercialização – serviços que foram totalmente financiados pelo Banco Mundial, segundo o documento citado – “parecem indicar uma falha de supervisão”, da parte do Banco, “dos consultores que forneceram tais serviços” (Idem, p. 22). Também

admite o Relatório, nesta sua última avaliação, no ano de 1997, “existirem sérias dúvidas sobre a própria qualidade do Projeto”, especialmente no que diz respeito à forma de utilização dos terrenos nos quais os assentamentos foram realizados (Idem, p. 20).

Mas, de todas as falhas e omissões que o Banco parece admitir, é sem dúvida a mais importante e certamente até surpreendente, o seu reconhecimento de que “foi equivocado o conceito original de reassentar as famílias que têm sido agricultores de subsistência, com os seus métodos de cultivo tradicionais nas barrancas do Rio, para regiões secas, com irrigação e cultivos intensivos” (Idem, p. 11).

O Banco Mundial finaliza o seu Relatório com um duplo sentimento de otimismo e pessimismo.

Ao se reportar a uma minuta de um relatório elaborado por um Comitê Interministerial, cuja composição incluiu todos os órgãos federais com responsabilidades diretas ou indiretas no projeto – o Ministério das Minas e Energia, o Ministério da Agricultura e do Abastecimento, o Ministério da Fazenda, a Eletrobrás, a Chesf e a Codevasf, entre outros – o Relatório do Painel de Inspeção do Banco Mundial assinala que, com um nível adequado de apoio governamental, o Projeto Itaparica poderia ser rapidamente concluído. Os autores do Painel ainda reconhecem que, em anos mais recentes, a Chesf ter-se-ia dotado de mecanismos mais flexíveis para operar o programa de reassentamento, e demonstrado um comprometimento muito maior, do que no passado, em perseguir os objetivos originais do projeto, em cumprimento ao que foi acordado e parcialmente financiado pelo Banco Mundial.

O toque de pessimismo do referido Painel de Inspeção do Banco é percebido nas observações finais do documento, ao assumir que o sucesso do Projeto de Reassentamento de Itaparica depende hoje, inteiramente, da vontade do Governo brasileiro e da sua decisão de envolver as entidades públicas do país – nas suas várias esferas e competências – no sentido de prover os meios requeridos para a conclusão do projeto. Finalizando o Relatório, os seus autores manifestam o sentimento de que, na falta de um comportamento formal da parte do Governo, da formulação de ações concretas e da disponibilização dos recursos requeridos, as promessas e os compromissos da Chesf e do Banco Mundial para com os reassentados de Itaparica, não serão cumpridos.

4. O Projeto de Reassentamento de Itaparica no marco das novas políticas de desenvolvimento regional para o Nordeste

Como já foi ressaltado no início deste trabalho, o Projeto de Reassentamento de Itaparica é o maior empreendimento governamental em realização no interior da Região Nordeste. A dimensão da iniciativa e o volume enorme de recursos já despendidos não deixam margem a dúvidas sobre a grandiosidade do projeto.

A primeira constatação que pode ser extraída a partir de tudo o que já foi realizado até agora é a de que o reassentamento de Itaparica revelaria um enorme potencial de reestruturação, para vastas áreas do espaço regional do semi-árido nordestino.

Vale ressaltar, que é possível perceber, pelas leituras dos vários documentos elaborados tanto pela Chesf, quanto pelo Banco Mundial que, desde a sua concepção original, estava implícita a preocupação de que, pela magnitude e extensão do projeto, os reassentamentos deveriam se enquadrar no âmbito de uma política regional abrangente de desenvolvimento do Vale do São Francisco.

Avaliações realizadas durante a execução do reassentamento, por entidades não envolvidas com o projeto, assinalam que muitos dos problemas que a Chesf teve de enfrentar, poderiam ser grandemente minimizados, caso tivesse sido o projeto inserido num planejamento integrado de desenvolvimento dos recursos hídricos do Vale do São Francisco, e não concebido, como na prática o foi, como um projeto de natureza setorial, e limitado a uma área particular, afetada pela construção de uma hidrelétrica (*Freitas e Soares, 1994*).

A ausência de uma efetiva prática de planejamento regional no Brasil – sobretudo ao longo dos anos 80, quando ocorreu o enfraquecimento ou mesmo o desmantelamento dos mecanismos de planejamento no país – dificultou ou mesmo inviabilizou, que um projeto da natureza do reassentamento de Itaparica, pudesse ser inserido dentro de um marco compreensivo e abrangente de políticas de desenvolvimento para a Região. Nesta perspectiva, não parece descabido inferir, que o isolamento institucional a que teria praticamente se submetido a Chesf, constituiu fator fundamental para aumentar as dificuldades enfrentadas por uma entidade tipicamente de atuação setorial e especializada, cuja finalidade, como é sabido, é a de tão-somente projetar hidrelétricas e administrar sistemas de geração de eletricidade.

De qualquer sorte, pela sua capacidade de gerar significativos

benefícios a uma vasta comunidade do semi-árido nordestino e inclusive dinamizando a vida econômica das diversas cidades de sua área de influência, o projeto de reassentamento de Itaparica poderá ainda transformar-se em um instrumento importante de desenvolvimento regional. No presente momento, e considerando a imensa soma de recursos já desembolsada com o reassentamento e bem assim os resultados já alcançados com os primeiros projetos de irrigação em operação – mesmo com desempenho ainda muito aquém do esperado – não cabe outra conclusão senão a de que a viabilização do Projeto Itaparica, ou pelo menos de parte dele, constitui um grande desafio da Chesf e do Governo brasileiro.

Ocorre, todavia, que, pela escala dos problemas do reassentamento ainda vivenciados no presente, parece estar além das possibilidades da Chesf, levar a cabo a tarefa de promover a plena viabilização do projeto.

Levando em conta que não parece ser racional desperdiçar todo o capital já investido nas áreas do reassentamento, seja o imobilizado em instalações físicas, seja o despendido no enorme esforço para a formação de capital humano, providências devem ser tomadas, em nível das várias instâncias governamentais, no sentido de se conceber alternativas de encaminhamento para uma solução definitiva dos impasses que ainda hoje persistem na operação do projeto referido.

O lançamento, no Brasil, de uma série de projetos e programas governamentais, em anos recentes, voltados para o desenvolvimento regional, parecem oferecer, contudo, oportunidades ilimitadas para o enquadramento do reassentamento de Itaparica nas suas linhas de atuação e financiamento.

A maioria desses programas e projetos, a seguir brevemente comentados, partem de uma nova concepção de políticas regionais, cuja característica mais marcante é a de assumir o equívoco ou a ineficácia de muitas políticas tradicionais de promoção ao desenvolvimento de regiões atrasadas, adotadas há muitas décadas em muitos países e no Brasil. Argumenta-se, por exemplo, que ao invés do oferecimento de incentivos fiscais e financeiros a setores e atividades indiscriminados, os mecanismos de promoção regional devem se voltar para o apoio seletivo de atividades nas quais as regiões desfrutam de claro potencial de geração de vantagens comparativas, de modo que os instrumentos governamentais devem ser crescentemente orientados para o financiamento de empreendimentos capazes de transformarem essas vantagens comparativas potenciais em efetivas vantagens competitivas.

Em praticamente todos esses programas e projetos governamentais que tratam da questão regional, a agricultura irrigada é identificada como uma das áreas de prioridade máxima, em termos de seu potencial de geração de elementos endógenos para garantir o crescimento da Região Nordeste no longo prazo.

Em programa recém-lançado com o apoio de diversas instituições governamentais – em nível estadual, federal e internacional, entre as quais se encontram o Banco Mundial, a FAO, o IICA e a Cepal – programa sugestivamente denominado *Iniciativa pelo Nordeste – Uma Estratégia de Desenvolvimento Competitivo (Iniciativa pelo Nordeste, 1997)* parte-se do princípio, de que cada região brasileira deverá identificar os nichos de atividades em que possam se especializar, de modo a se inserir competitivamente na economia nacional e sobretudo mundial. Um levantamento preliminar levou à identificação, no Nordeste, de 14 atividades promissoras de desenvolvimento competitivo, e destacou que três delas, pelo seu estágio de elevado potencial imediatamente explorável, deverão ser escolhidas para objeto de ação imediata da implementação da estratégia do projeto “Iniciativa pelo Nordeste”: o setor de grãos, o turismo e a *fruticultura irrigada*. Para esses segmentos da economia nordestina, o projeto sugere a adoção de medidas concretas voltadas a elevar a sua produtividade, através da eliminação dos gargalos diagnosticados, e do estreitamento dos elos de ligação e de cooperação entre as unidades produtivas e as diversas instituições, direta ou indiretamente envolvidas com as mencionadas atividades. O citado documento ainda assinala que, pela natureza dos seus objetivos pretendidos e ações concretas propostas, o projeto “Iniciativa pelo Nordeste” pode ser considerado como um desdobramento operacional de um outro grande programa para o desenvolvimento do Nordeste – o *Projeto Áridas*, também elaborado, em anos recentes, por um grupo de especialistas convocados pelo Governo Federal para oferecerem novas proposições de políticas para o desenvolvimento regional.

Na mesma tônica dos dois acima mencionados projetos, merece referência especial, pela sua pertinência com o Projeto de Reassentamento de Itaparica, um outro documento governamental, elaborado pelo BNDES, intitulado *Programa Nordeste Competitivo - PNC*. Este programa, onde estão firmadas as mesmas preocupações dos dois projetos já mencionados, estabelece que o Sistema BNDES deverá ampliar a sua atuação na Região Nordeste, através da aplicação de recursos para o apoio de atividades que desfrutam de

vantagens competitivas inquestionáveis, e que possam apresentar elevado potencial para a geração de novos empreendimentos, a criação de mais empregos e a melhoria da renda e do bem-estar das populações nordestinas. Destinando uma cifra inicial da ordem de um bilhão de reais, a serem aplicados ao longo de três anos, o “Programa Nordeste Competitivo” elege alguns poucos segmentos da economia da região, destacando, de modo especial, o apoio às atividades de agricultura irrigada no semi-árido nordestino (BNDES, 1997).

Acompanhando essas iniciativas, o Banco do Nordeste – maior entidade financiadora de projetos de desenvolvimento de âmbito regional em operação no Nordeste – estabeleceu, a partir do ano de 1996, como uma de suas linhas de atuação prioritárias, um *Projeto de Potencialização do Desenvolvimento de Pólos Agro-industriais* para a Região. Assinalando que essa opção estratégica justifica-se pela existência, nas áreas do semi-árido nordestino, da combinação de condições edafo-climáticas privilegiadas, de infra-estrutura adequada de produção, de abundância de mão-de-obra e de dinamismo empresarial de seus agentes produtivos, o Banco do Nordeste considera que esta área selecionada da região, dispõe de elevado potencial de alavancagem, e é capaz de viabilizar a obtenção de maiores retornos econômicos e sociais dos investimentos públicos e privados, em menor espaço de tempo (BNB, 1996).

O mencionado Banco assinala, ainda, ter mapeado, no Nordeste, a existência de 14 pólos agroindustriais com elevada potencialidade de desenvolvimento e, embora tenha feito a opção de iniciar as suas operações no pólo Petrolina-Juazeiro, incluiu os projetos do reassentamento de Itaparica no seu mapeamento, como uma área de grande potencial futuro (BNB, op. cit.). Assinale-se, ainda, a respeito desse programa que, segundo contatos mantidos com alguns superintendentes regionais do Banco do Nordeste, esta instituição já iniciou operações de financiamento a produtores rurais do Projeto Itaparica, fato que foi confirmado nas visitas à área do projeto pelo autor deste trabalho.

É importante mencionar, nesse contexto, que as iniciativas dos vários agentes federais com atuação na Região Nordeste, operam em consonância com orientações emanadas de Brasília, já que o apoio e a prioridade à agricultura irrigada no Nordeste constam das grandes metas explicitadas no *Plano Brasil em Ação*, recentemente divulgado pelo Governo Federal.

Vale enfatizar, ainda, que seguindo e reforçando as iniciativas

no âmbito federal para o Nordeste, os governos dos estados da região também estão procurando desenvolver mecanismos mais eficazes para lidar com os grandes desafios do semi-árido nordestino. Exemplos importantes são dois documentos, também de data recente, intitulados: *Pernambuco 2010 – Estratégia de Desenvolvimento Sustentável, e o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Sertão de Pernambuco* – onde são traçadas diretrizes e ações para o desenvolvimento das áreas interioranas do Estado, incluindo o espaço no qual estão localizados os projetos de reassentamento de Itaparica (Condepe, 1997a, 1997b).

Mas, talvez de todos os documentos governamentais aqui mencionados, seja o que vai a seguir ser apreciado, o que apresente a justificativa mais contundente das vantagens para o Nordeste e para o Brasil, da priorização efetiva de políticas de desenvolvimento da agricultura irrigada no semi-árido nordestino.

O documento: *Programa de Apoio e Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada do Nordeste*, elaborado pela Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, no ano de 1996, começa por assinalar, que se encontra no Nordeste do Brasil, a única área semi-árida tropical no mundo, possibilitando, por isso, que aí se desenvolva um tipo de agricultura também única, em todo o mundo (MAA, 1996).

Partindo das constatações de que o comércio internacional de frutas e hortaliças alcançou um montante de 16 bilhões de dólares, em 1994 – cifra maior que as exportações geradas por qualquer outro complexo agrícola em todo o mundo – que o mercado de frutas tem crescido, nos últimos seis anos, a uma média de US\$ um bilhão por ano – valor também incomparável a qualquer outro produto agrícola de exportação – e que o Brasil é o primeiro produtor mundial de frutas e derivados, embora detenha participação insignificante no mercado internacional (as exportações do Brasil de frutas frescas alcançaram tão-somente US\$130 milhões em 1993, o Nordeste contribuindo com metade deste montante) – o documento do MAA afirma que, em muito poucas áreas, como na agricultura, apresenta o Brasil potencial tão grande para conquistar enorme espaço nos mercados mundiais e para propiciar impactos de tão grande magnitude sobre o emprego direto no próprio setor agrícola, indireto em outros setores e efeitos generalizados sobre a base produtiva de outros segmentos da economia nacional.

Especificamente com respeito ao Nordeste, o documento é enfático em afirmar, que dificilmente haverá outra atividade na região

capaz de gerar mais empregos por unidade de capital investido do que a fruticultura e a horticultura irrigadas; e que com essas atividades, o Nordeste terá uma oportunidade singular, na sua história, de converter o que sempre foi um fator adverso ao crescimento e uma das causas maiores de sua pobreza – ou seja, o clima – num vetor de progresso e desenvolvimento.

O referido documento faz ainda outras considerações de grande interesse e pertinência.

Uma delas consiste na comparação dos custos do investimento por emprego em vários setores de atividade. Ao estimar o custo modal do investimento em um hectare irrigado com hortifruticultura, da ordem de US\$ 6.000, do qual resultaria uma pessoa empregada, os autores do documento, utilizando fontes variadas fornecidas por entidades governamentais e patronais, mostram que o custo de um emprego, por exemplo, na indústria Química, é de 220 mil dólares, no setor metalúrgico, de 145 mil, na pecuária, de 100 mil, no Turismo, de 66 mil e na agricultura tradicional, de 37 mil.

Outra consideração de grande relevância, diz respeito aos fortes impactos que a irrigação do semi-árido poderia proporcionar a outras regiões e a outros setores da economia nacional. Ao assinalar que a estratégia de irrigação proposta para o semi-árido não a tornaria uma área produtora de alimentos básicos (grãos, cereais, etc.), mas uma economia fortemente especializada em fruticultura (e especialmente para exportação), as atividades desenvolvidas nessas áreas, ao gerar volume apreciável de renda para vastas frações de populações de baixo poder aquisitivo, no presente, propiciariam não somente um incremento da demanda por produtos alimentares de outras regiões, especializadas na produção de bens que os sertões nordestinos não produzirão, mas também uma demanda expressiva de produtos manufaturados – fertilizantes, defensivos, e outros insumos, máquinas e implementos agrícolas, e bens manufaturados de consumo em geral.

Um outro impacto do desenvolvimento das áreas interioranas do Nordeste também merece especial destaque. Além de contribuir para a eliminação de vários bolsões de pobreza ainda existentes na região e de reduzir, por conseqüência, os crescentemente indesejáveis fluxos de emigração de populações de baixa qualificação para os centros urbanos do Sul e do Sudeste do País, o desenvolvimento da irrigação em grande escala no Nordeste, possibilitaria uma melhor integração da Região com o resto do País, e uma reestruturação mais eficiente dos espaços regionais, ao criar novos eixos de

desenvolvimento e propiciar a viabilização de sistemas multimodais de transportes de longa distância, tão necessárias a um país de quase dimensão continental, que depende tão fortemente do transporte por rodovias e não é capaz de explorar as enormes vantagens das opções de outras modalidades de transportes, como as ferrovias, a cabotagem e as hidrovias.

5. Conclusões

Com base em todas as considerações feitas neste trabalho, parece ficar claro que a materialização dos objetivos acima desejados, exigirá a concepção de novas e diferentes estratégias, tanto públicas quanto privadas, de atuação.

Vale lembrar, neste sentido, que de muitos dos requisitos necessários já dispõe a região Nordeste do Brasil. Avaliações preliminares da área irrigável na região, com a utilização de tecnologias conhecidas, alcançam a cifra de pelo menos um milhão de hectares de terras no semi-árido, que já dispõem dos recursos hídricos necessários à sua irrigação. Nesse contexto, a experiência do Chile é sempre lembrada para comparações com o Nordeste: com uma área irrigada de tão-somente 220 mil hectares, este país tornou-se um dos maiores exportadores mundiais de frutas, havendo negociado, no mercado internacional, no ano de 1995, uma cifra de quase um bilhão e meio de dólares – deixando o Brasil, como já mencionado, na desconfortável posição de exportador de pouco mais de US\$100 milhões (cf. *MAA*, 1996).

Por outro lado, o mercado internacional de frutas e hortaliças, como se sabe, é um dos mais exigentes e sofisticados dentre todos os mercados. A penetração dos produtos brasileiros nesses mercados exige o cumprimento de requisitos de qualidade, sanidade e apresentação dos produtos, um planejamento de longo prazo e uma gestão empresarial eficiente e sintonizada com as exigências dos clientes internacionais; e sobretudo uma ação conjunta e coordenada, entre os setores públicos e privados que, operando em parceria e colaboração, desenvolvam as sinergias necessárias para eliminar os obstáculos que impedem o aproveitamento das enormes potencialidades para as exportações dos produtos da agricultura irrigada no Brasil, e especialmente as do semi-árido nordestino.

São esses, sem dúvida, os grandes desafios a enfrentar: por todos os produtores do semi-árido do Nordeste, é bom lembrar, e não somente pelos pequenos produtores do Projeto de Reassentamento de Itaparica.

No caso de Itaparica, contudo, os problemas parecem assumir muito maior complexidade e também maiores deverão ser as dificuldades para serem atendidos os requisitos acima mencionados, em decorrência de certas características particulares do projeto. Dentre essas características, muitas delas já apontadas ao longo deste trabalho, algumas merecem aqui, especial destaque.

O tamanho das áreas individuais de cultivo, muito pequenas em Itaparica – em contraste, por exemplo, com o dos projetos irrigados em outras regiões do semi-árido, como no caso de Petrolina e Juazeiro – exige práticas de cooperativismo e condominiais para os projetos serem viáveis, o que, por sua vez, demandaria dos reassentados a aprendizagem de um conhecimento e de uma experiência que não fazem parte das suas velhas rotinas e tradições culturais.

Deve-se reconhecer, além do mais, que esse processo de aprendizagem deverá ser muito lento e que não haverá garantia, mesmo que bem conduzido, de que seja bem-sucedido para todos os pequenos agricultores do projeto, nem talvez sequer para a maioria deles.

É muito provável que a introdução de uma certa mobilidade tanto de capital quanto de mão-de-obra dentro dos projetos seja imprescindível para maximizar as chances de sucesso do reassentamento. Isto significa um grau razoável de flexibilidade na organização produtiva das unidades irrigadas, no sentido de que possa haver acréscimo do tamanho dos lotes, através da possibilidade de aquisição, por outros irrigantes ou, eventualmente, por agricultores estranhos ao projeto, de lotes de reassentados que não desejarem permanecer nas áreas do reassentamento, que não apresentarem vocação para se tornarem pequenos empresários rurais, ou ainda, que não conseguirem se adaptar às exigências de processos organizacionais de base comunitária ou cooperativista. Assim, dentro dessa perspectiva de flexibilidade, a entrada de novos produtores no projeto e a saída de outros, em termos voluntários, deve talvez ser até encorajada pelas lideranças sindicais e pelos executores do projeto. A rigidez, tanto quanto à mobilidade do capital quanto do trabalho, pode levar o programa de reassentamento ao fracasso ou reduzir significativamente as suas chances de sucesso.

Bibliografia

ACORDO 1986 (1986): *Acordo entre a Chesf e Trabalhadores Rurais Atingidos pelo Reservatório da Usina de Itaparica*. Petrolândia, dezembro, mimeo.

- BNB (1996): *Projeto de potencialização do desenvolvimento de pólos agro-industriais*. Banco do Nordeste do Brasil – BNB, Fortaleza, novembro.
- BNDES (1997): *Programa Nordeste Competitivo – PNC. Acompanhamento das Políticas Operacionais do Sistema BNDES*. Rio de Janeiro, novembro.
- CHESF (1985): *Reservatório de Itaparica – Plano de Desocupação*. Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, Recife, setembro.
- _____ (1992): *Usina Hidro Elétrica de Itaparica – Aspectos Ambientais e Projetos Cofinanciados pelo Banco Mundial*. Companhia Hidro Elétrica do São Francisco. Recife, maio (mimeo).
- _____ (1997): *Projeto Itaparica – A Força que vem do São Francisco*. Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, Ministério das Minas e Energia, Brasília, DF.
- CONDEPE (1997a): *Plano de Desenvolvimento Sustentável do Sertão de Pernambuco*. Fundação Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco – Condepe, Recife, Junho.
- _____ (1997b): *Pernambuco 2010 – Estratégias de Desenvolvimento Sustentável*. Fundação Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco – Condepe, Recife.
- FREITAS, A.S, SOARES, B.R. (Org., 1994): *Aspectos Ambientais de Projetos Co-financiados pelo Banco Mundial – Lições para o Futuro*. Série IPEA nº 14, IPEA, Brasília, DF.
- FUNDAJ (1988): *Projeto de Reassentamento de Itaparica - Relatório Final de Acompanhamento*. Fundação Joaquim Nabuco, Recife, PE.
- GEI (1997): *Grupo Executivo Interministerial de Itaparica – Relatório*. Brasília, DF, abril.
- INICIATIVA pelo Nordeste (1997): *Iniciativa pelo Nordeste - Uma Estratégia de Desenvolvimento Competitivo*. Governos dos Estados do Nordeste, Banco Mundial, BNDES, BNB (mimeo).
- MAA (1996): *Programa de Apoio e Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada do Nordeste*. Ministério da Agricultura e do Abastecimento – Secretaria Executiva, Brasília, DF, novembro (mimeo).
- GALVÃO, O.J. de A.(1998): *Projeto de Reassentamento de Itaparica – Um Estudo de Seus Antecedentes e Avaliação da Situação Atual*. Texto para Discussão nº 415, PIMES da UFPE, Recife, agosto.
- PÓLO SINDICAL (1993): *Ofício do Pólo Sindical de Petrolândia ao Banco Mundial – 19/11/93*. Pólo Sindical dos Trabalhadores do Sub-médio São Francisco. Petrolândia, Pernambuco.
- _____ (1996): *Ofício do Pólo Sindical de Petrolândia ao Banco*

Mundial– 26/09/96. Pólo Sindical dos Trabalhadores do Sub-médio São Francisco. Petrolândia, Pernambuco.

_____ (1997) *Solicitação de Painel de Inspeção do Banco Mundial para o Projeto de Reassentamento dos Atingidos pela Barragem de Itaparica*. Pólo Sindical dos Trabalhadores do Sub-médio São Francisco, Petrolândia, Pernambuco, março.

WORLD BANK (1987): *Staff Appraisal Report, Brazil – Itaparica Settlement and Irrigation Project*. Outubro (mimeo).

_____ (1993): *Carta Resposta do Banco Mundial ao Pólo Sindical* – 15/12/93 (mimeo).

_____ (1997): *Relatório e Recomendações do Painel de Inspeção Brasil – Projeto de Reassentamento e Irrigação de Itaparica* (mimeo).